

O DESAFIO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) PARA AS FAMÍLIAS RURAIS: o que temos no Nordeste?

Islandia Bezerra da Costa Teixeira*

RESUMO

A disponibilidade, a distribuição e o acesso aos alimentos são as principais diretrizes que preconiza Segurança Alimentar e Nutricional(SAN). Esse trabalho traz para análise a questão da SAN com base no padrão de consumo alimentar. O mesmo foi desenvolvido, através da aplicação de 299 questionários, em áreas rurais de seis municípios do Nordeste e teve como objeto famílias rurais. Os resultados dessa pesquisa revelaram que dentre os principais fatores que expõem essas famílias a situações de constante vulnerabilidade alimentar têm-se: a baixa qualidade do consumo alimentar no que diz respeito à disponibilidade, à diversificação e principalmente, à acessibilidade.

Palavras-chave: SAN; famílias rurais; insegurança alimentar.

ABSTRACT

The readiness, the distribution and the access to the foods are the main guidelines that it extols Alimentary Safety and Nutritional(SAN). That work brings for analysis the subject of SAN with base in the pattern of alimentary consumption. The same was developed, through the application of 299 questionnaires, in rural areas of six municipal districts of the Northeast and had as object rural families. The results of that research revealed that among the main factors that expose those families to situations of constant alimentary vulnerability are had: the low quality of the alimentary consumption in what concerns the readiness, to the diversification and mainly, to the accessibility.

Keywords: SAN; rural families alimentary insecurity.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) vem ocupando de forma crescente a agenda pública no Brasil, tendo na implementação do programa Fome Zero do governo federal, em 2003, um marco nessa agenda. Registra-se, também, importantes avanços nessa área, com destaque para a aprovação e promulgação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), por meio da qual fica instituído o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (Sisan). Isto representa “um divisor de águas”, em relação a esse tema porque assegura por lei o direito humano à alimentação, desvincula o acesso à comida a uma questão de caridade e promove a alimentação ao campo das políticas públicas. Nesse sentido, há diferentes compreensões sobre o tema da SAN, cada qual com implicações específicas para a construção de políticas públicas neste campo,

* Nutricionista. Mestre. Especialista em Saúde Pública.

construído a partir de várias dimensões: a política, a econômica, a social e a alimentar cujo foco principal é o combate à fome.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad (IBGE, 2006), revelam que é no meio rural que se encontra a maior prevalência domiciliar de Insegurança Alimentar (IA) da forma moderada ou grave e, também, é nesse espaço que há a maior proporção de população vivendo nessa condição. Enquanto na área urbana 11,4 % dos domicílios se encontra em condição de IA moderada e 6% grave, no meio rural prevalece o percentual de 17% e 9%, respectivamente. Esses percentuais elevados de pessoas relacionadas nessas categorias de IA apenas reafirma a necessidade de se fazer algo, especialmente no âmbito das políticas públicas, não só por considerar o acesso à alimentação uma questão de cidadania, mas, principalmente, por compreender que esse é antes de tudo um direito humano básico e um dever do Estado.

A confirmação do panorama de miséria no meio rural foi recentemente descrito por Gomes da Silva (2006, p. 01) onde esse autor cita que “é no campo que se encontram os maiores índices de mortalidade infantil, de incidência de endemias, de insalubridade, de analfabetismo e, que essa imensa pobreza decorre das restrições de acesso aos bens e serviços indispensáveis à reprodução biológica e social, à fruição dos confortos proporcionados pelo grau de desenvolvimento da sociedade”.

Relata, ainda, o autor nesse trabalho que a situação de pobreza das famílias rurais é exacerbada pela produção agrícola reduzida, especialmente para as famílias classificadas como produtoras familiares, já que há por parte dessas uma dificuldade de acesso aos chamados instrumentos de políticas agrícolas, especialmente no que diz respeito ao crédito de custeio. Conforme esse autor, esse setor produtivo (principalmente o que se encontra no meio rural nordestino) “tem contribuído muito pouco, quando não ausente, para a consecução de níveis de produção que assegurassem, ao menos, o autoconsumo das famílias rurais” (GOMES DA SILVA, 2006, p. 12).

Nesse contexto, as famílias rurais, detentoras da possibilidade de produzir alimentos por meio da agricultura familiar ganham “nova” importância econômica e social. Contudo, se elas próprias carregam consigo a incerteza de dispor de alimentos, como pensar a SAN? Esse trabalho retoma, portanto, algumas das principais considerações sobre a questão da SAN com base no padrão de consumo alimentar das famílias rurais e partiu da seguinte hipótese: devido às condições, cada vez mais restritas de produzir para o autoconsumo, as famílias rurais estão mais propícias a apresentarem situação de insegurança alimentar tão severas quanto às famílias urbanas, ao contrário do que se defende.

2 METODOLOGIA

Os agricultores/as beneficiados/as do grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foram objetos da realização dessa pesquisa. A escolha do grupo B justifica-se pelo fato desse estudo ter feito parte de uma pesquisa mais ampla intitulada “Impactos do PRONAF B sobre o meio rural do Nordeste” e que foi realizada no âmbito do Núcleo Avançado de Políticas Públicas (NAPP/UFRN) com apoio financeiro do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural NEAD.

A mesma foi realizada no meio rural de três estados do Nordeste: Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe e teve como cenário a área rural de seis municípios, dois por estado: 1) Alagoa Grande e Lagoa Seca na Paraíba (PB); 2) Itabaiana e São Cristóvão em Sergipe (SE) e; 3) Apodi e Antonio Martins no Rio Grande do Norte (RN).

No total foram aplicados 299 questionários semi-estruturados. Segundo Minayo; Cruz Neto; Deslandes (1999), este instrumento caracteriza-se por facilitar a obtenção de informações consideradas objetivas e subjetivas, sendo, portanto, uma ferramenta importante já que a busca das mesmas, via o acesso às fontes secundárias, impossibilita o pesquisador de relacionar no procedimento de análise valores referentes às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados.

Foram utilizadas questões da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), instrumento adaptado e, previamente validado por Corrêa et. all (2004), além de outras informações como: forma de aquisição ou a origem dos alimentos (produção para o autoconsumo, compra via mercado), condições de moradia, a participação em programas de transferência de renda, ou beneficiários da previdência social, acesso a outros serviços/programas sociais e, ainda a aplicação de um Questionário de Freqüência Alimentar (QFA).

Quanto ao QFA utilizado, seu objetivo foi avaliar o quanto certos alimentos ou grupos de alimentos são consumidos durante um determinado período de tempo. Desse modo, foi possível obter dados sobre o consumo habitual da família. O QFA é um instrumento de análise qualitativa de consumo e organiza os alimentos em grupos que têm nutrientes em comum, uma vez que há uma preocupação em saber qual a freqüência de uso dos grupos de alimentos, ao invés de nutrientes específicos (GIBSON, 1990; MAHAM, 1998).

O padrão alimentar tornou-se então o principal foco de análise como uma tentativa de problematizar sobre a situação das condições alimentares das famílias rurais e como estas se distanciam do que estabelece o conceito de SAN, não, apenas, numa única

dimensão, mas sim em relação a todas as outras como: dispor de uma alimentação em quantidade e qualidade suficientes e adequadas no seu teor nutricional, conforme a sua cultura e que seja ambientalmente sustentável, pois segundo Valente (2002, p. 103):

[...] o ato de alimentar-se, e de alimentar seus familiares e aos outros é um dos que mais profundamente reflete a riqueza e a complexidade da vida humana na sociedade. Os hábitos e práticas alimentares de um ser humano, de sua família e de sua comunidade são produtos da história e da vida de seus antepassados, um reflexo da disponibilidade de alimentos e de água na localidade onde residem, e de sua capacidade econômica e física de ter acesso aos mesmos.

Nesse sentido, Poulain (2004) lembra que por detrás dos debates em torno da alimentação e sobre ela, são as questões da sociedade que estão em jogo, pois a alimentação é uma prática comum a todos os indivíduos e ela diz respeito à sociedade em seu conjunto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 O desafio da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para as famílias rurais: o que temos no nordeste?

Em relação aos resultados da pesquisa (tabela 01), registrou-se quanto ao extrato do número de pessoas nas famílias dos entrevistados, aquelas compostas por 3 a 4 membros (44%) foi o percentual mais significativo seguido daquelas compostas com 5 a 6 membros (29%).

Tabela 01. Distribuição do extrato do número de membros na família.

Extrato do Número de pessoas na família	Estado da Federação						TOTAL	
	PB		RN		SE			
	F	%	F	%	F	%	F	%
1 a 2	8	10	17	15	26	24	51	17
3 a 4	32	41	60	54	39	36	131	44
5 a 6	29	37	30	27	27	25	86	29
7 a 8	5	6	5	4	12	11	22	7
9 a 10	1	1	-	-	2	2	3	1
mais de 10	4	5	-	-	2	2	6	2
Total	79	100	112	100	108	100	299	100

Fonte: Pesquisa de campo. N = 299.

Os dados apresentados corroboram outros resultados já demonstrados por Campanhola e Graziano da Silva (2000), nas fases I e II do projeto Rurbano ¹ sobre as novas configurações do meio rural, sendo que dentre as mudanças mais significativas estão; na composição da família e, nas novas formas de trabalho.

Quanto à renda líquida anual da unidade familiar (tabela 02), demonstra que em média, 44% das famílias pesquisadas dos três Estados recebem até meio salário mínimo. Sendo que o estado do RN apresentou um percentual superior de 54%, enquanto SE apresentou menor percentual (33%) de famílias que sobrevivem nessa faixa de renda.

Tabela 02. Distribuição dos entrevistados segundo a faixa de renda líquida anual.

Renda líquida em Salários-Mínimos (s.m. = R\$ 350,00)	Estado da Federação						Total	
	PB		RN		SE		F	%
	F	%	F	%	F	%		
0 a menos de 1 sm	35	44	61	54	36	33	132	44
1 a menos de 1,5 sm	2	3	2	2	2	2	6	2
1,5 a menos de 2 sm	1	1	1	1	1	1	3	1
2 a menos de 3 sm	3	4	3	3	6	5	12	4
3 a menos de 5 sm	3	4	2	2	3	3	8	3
5 a menos de 10 sm	4	5	10	9	13	12	27	9
10 a menos de 20 sm	10	13	25	22	19	18	54	18
20 a menos de 30 sm	15	19	6	5	16	15	37	12
30 e mais sm	6	7	2	2	12	11	20	7
Total	79	100	112	100	108	100	299	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2006. N = 299.

É importante ressaltar que todos os entrevistados, beneficiados do grupo B do Pronaf, se caracterizam, predominantemente, como agricultores de baixíssima renda. Mesmo assim, os dados apresentados na tabela 2 demonstram que existe uma desigualdade acentuada na distribuição da renda dos entrevistados, ou seja, mais da metade possuem renda de até 5 salários mínimos (47% possui renda inferior a 2 salários mínimos ou não possuem renda), enquanto 37% ganham acima de 10 salários mínimos esse percentual expressivo sugere que o crédito do Pronaf B tem sido “desviado” para beneficiar um outro público que não se encaixa nas características impostas pelo programa.

Sabe-se que a questão da renda é preponderante para garantir a SAN já que esta detém uma relação direta com a acessibilidade. De acordo com a tabela 02, percebe-se que o RN apresenta o maior percentual de famílias que possui menor renda. Essa condição tende a inviabilizar qualquer tentativa de adquirir uma alimentação segura, no que diz respeito à qualidade e quantidade para todos os membros da família. Outro agravante, é que muitas vezes esse recurso é o único disponível para se ter acesso a outros bens e serviços, como medicamentos, vestimentas, moradia, educação, transporte entre outros.

¹ O projeto Rurbano tem como principal objetivo pesquisar sobre as mudanças que vem ocorrendo ao longo dos anos no meio rural brasileiro. Nessas fases, o projeto contou com a participação de 25 pesquisadores envolvidos em 11 Estados diferentes. <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>

Isso acentua ainda mais a inacessibilidade a uma alimentação adequada, portanto, saudável.

Contudo, quando questionados sobre a quantidade de comida disponível no domicílio e se essa era suficiente para todos os membros da família, 83% do total dos entrevistados respondeu que sim. Entretanto, na sua resposta acrescentaram uma ressalva: “tem que dar”. Esse fato demonstra a limitação imposta, principalmente, por parte de quem porciona a comida, evidenciando que mesmo que ela não seja suficiente, todos os membros se alimentam. Esse fato reforça a constatação de que, mesmo diante da resposta afirmativa por parte dos entrevistados em relação à quantidade, ainda assim, pode-se sugerir que as necessidades nutricionais de cada indivíduo não são supridas.

Apenas, os dois municípios do Estado da PB apresentaram um percentual significativo (27%) de famílias que afirmaram não disporem de alimentos em quantidade suficiente, seguido por SE, com 17%. Indagados sobre as razões da insuficiência de alimentos algumas respostas são elucidativas: na Paraíba, “porque a família cresceu muito”, enquanto que em Sergipe o principal razão foi “falta dinheiro para comprar alimento”.

Em relação à variedade e alimentos uma pesquisa realizada por Sampaio; Kepple e Segall-Corrêa (2006) com grupos focais e em comunidades rurais chegou a seguinte constatação: a concepção da comunidade rural sobre o conceito de uma “Alimentação variada” é bem próxima àquela mencionada no meio urbano, ou seja, é a “necessidade de consumir vários tipos de alimentos”. A maior diferença, no entanto, está relacionada à maneira de preparar os alimentos “para não enjoar”. Vale ressaltar que, além das variedades de preparo de um mesmo alimento, foi exposta a importância da combinação de cores para obtenção, na medida do possível, de maior diversificação do consumo.

Trazendo a análise de um dos pilares da SAN - acesso aos alimentos - foi questionada qual a principal origem destes para ao abastecimento familiar. Dentre as alternativas, o supermercado foi a mais significativa com 56% dos entrevistados, seguido pela própria produção (roça) com 18%. Esse fato demonstra a fragilidade das famílias frente à incapacidade de produzir, minimamente, para o consumo próprio. A feira livre que se esperava servir como uma importante forma de estimular a produção desses agricultores bem como a de viabilizar o acesso aos alimentos de melhor qualidade a um custo menor, só foi citado como principal fonte de origem dos alimentos por apenas 16% dos entrevistados.

4 CONCLUSÃO

Não foi pretensão dessa pesquisa ditar regras sobre o que é, de fato, uma alimentação saudável, contudo, a mesma teve o intento de enfatizar a progressiva deterioração do padrão alimentar, por não mais valorizar-se o que os agricultores familiares plantam, já que cada vez mais os números da produção de alimentos básicos declinam. Bem como de enfatizar, também, que esses agricultores encontram-se à margem da discussão que gira em torno da segurança alimentar e nutricional.

Nesse sentido, ressalta-se que as mudanças que vem ocorrendo no padrão do consumo alimentar dos brasileiros vêm ao longo dos anos influenciando nos meios de produção desses agricultores. Isso porque, se o agricultor não tem o estímulo para vender, mesmo que minimante, parte da sua produção, invariavelmente, ele também busca outras alternativas para produzir e, conseqüentemente, seu 'padrão alimentar', também é afetado. Dentro dessa mesma perspectiva, ao se pensar no processo da "superalimentação", 'super' no sentido negativo da palavra, no qual as pessoas estão cada vez mais tendo acesso a uma alimentação excessiva em proteínas animal, rica em alimentos industrializados com menos valor nutritivo, mais contribuem para expropriação do agricultor familiar.

O que é, indiscutivelmente, fato: 1) sem uma reforma agrária não temos como pensar numa agricultura familiar exeqüível, já que não é a grande propriedade que nos alimenta, e sim a pequena via agricultura familiar. A primeira 'apenas' exporta, e contribui para uma diminuição do abastecimento interno, gera por si só, lucro e especulação e, ainda, cotizar-se para a destruição de hábitos e culturas alimentares; 2) sem agricultura familiar não temos como pensar em SAN; 3) sem SAN não temos como pensar em suprir necessidades básicas de uma população, não temos como pensar em amenizar os números da desnutrição e o pior, não temos como pensar, nem muito menos, como extinguir a fome.

Pode-se dizer que às famílias rurais pesquisadas apresentaram sinais de subalimentação. A maioria dessas famílias encontra-se em situação perene de fome, apenas "subalimentam-se", na maioria das vezes, com alimentos pobres – no que diz respeito ao seu teor nutricional – e em quantidades insuficientes para o despêndio de energia ao qual são submetidos diariamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006**. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro: uma análise nacional e regional**. Embrapa Meio Ambiente/IE – Unicamp. Jaguarúna/SP, 2000.

GIBSON, R. S. **Principles of Nutritional Assessment**. New York: Oxford University Press. 69. 1990.

GOMES DA SILVA, Aldenôr. POBREZA, QUALIDADE DE VIDA E SEGURANÇA ALIMENTAR: as famílias rurais norte-rio-grandenses. **I Encontro de Estudos da Rede Rural**. Niterói/RJ – Campus de Gragoatá/UFF, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – Segurança Alimentar**. 2004. Rio de Janeiro/RJ, 2006.

MAHAN, Kathleen L. & ESCOTT – STUMP, Sylvia. – **Krause Alimentos, Nutrição & Dietoterapia**. – 9ª Ed. Editora: ROCA. São Paulo/SP, 1998.

MINAYO, M. C. S. ; CRUZ NETO, O. ; DESLANDES, Suely Ferreira ; GOMES, Romeu . PESQUISA SOCIAL: **TEORIA, MÉTODO E CRIATIVIDADE**. 14. ed. PETRÓPOLIS: VOZES, 1999. 80 p.

POULAIN, Jean-Pierre. **SOCIOLOGIAS DA ALIMENTAÇÃO: os comedores e o espaço social alimentar**. Tradução: PROENÇA, Rosana Pacheco da Costa. Ed. Da UFSC, 2004.

SAMPAIO, M. F. A.; KEPPLER, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. (In) Segurança alimentar: experiência de grupos focais com populações rurais do Estado de São Paulo. Anais: **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**. Quito, Ecuador. Noviembre del 2006.

SEGALL CORRÊA, A. M. (coord.) Acompanhamento e avaliação da Segurança Alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. Urbano/ Rural. FCM/Unicamp. **Relatório Técnico**. Versão preliminar. Março, 2004.

VALENTE, F. **Direito Humano à alimentação: desafios e conquistas**. Editora: Cortez. São Paulo, 2002.